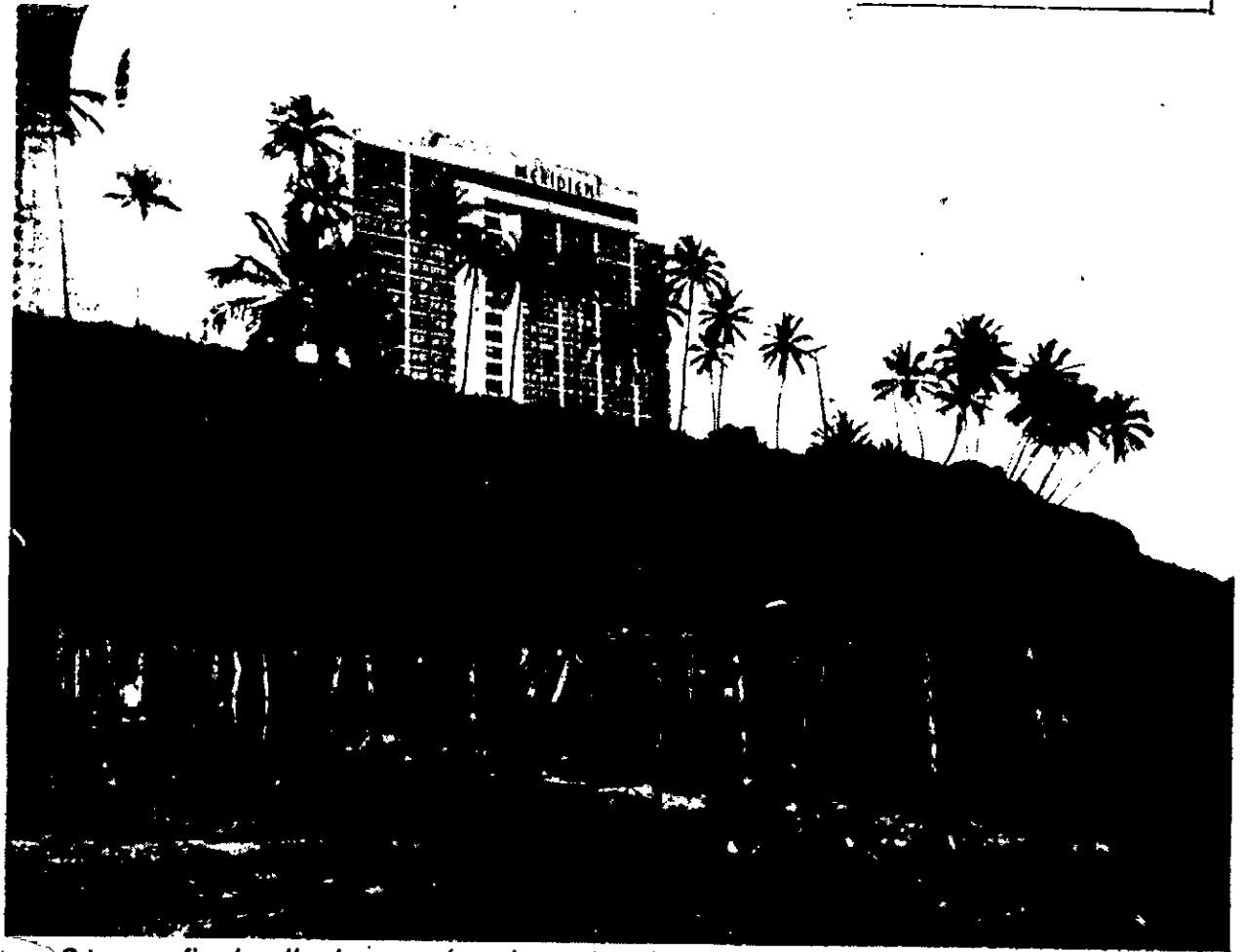


PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
A Tarde		
Data		
19.11.90		
Coderno		Página
1		4
Seção		
Assunto		
BAIRRO		
RIO VERMELHO		



O terreno fica localizado numa área das mais nobres e sua posse está envolta em polémica

## Moradores contestam venda de terreno no Rio Vermelho

A publicação recente de um anúncio de venda do terreno situado na encosta do Morro do Conselho, vizinho ao mercado do Rio Vermelho, reacende antiga polémica sobre os direitos de uso daquela área. De um lado, a Associação dos Moradores e Amigos do Rio Vermelho reivindica o terreno para uso comunitário. De outro, Hugo Nunes de Souza Amorim se apresenta como proprietário da área de 961 metros quadrados e a oferece por Cr\$48 milhões.

No anúncio, o lote de frente para o mar é classificado como "excelente" para construção de apart-hotel ou residência. Consta, ainda, a indicação que o local é totalmente urbanizado, com água, luz, telefone e asfalto, além de estar situado numa região nobre. De fato, os terrenos em torno do Largo da Mariquita podem assim ser descritos. O problema, na verdade, está relacionado à posse da área.

Ao se apresentar como proprietário do terreno, Hugo Nunes de Souza Amorim informa que a sua documentação compõe a cadeia sucessória desde 1912. Para a Associação dos Moradores e Amigos do Rio Vermelho essa é a primeira incorreção.

A entidade também possui ampla documentação sobre o assunto. Já enviou cópias ao presidente da República, Collor de Mello, solicitando apuração do assunto. No ano passado, a associação, juntamente com a Colônia de Pesca Z-1 e o Clube de Pesca da Bahia, deu entrada na Delegacia do Patrimônio da União de uma denúncia contra a ocupação ilegal no terreno pertencente à União.

A Associação dos Moradores do Rio Vermelho lembra que, no início da década de 70, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) preparou projeto para a construção, no Rio Vermelho, do emissário submarino, considerado a espinha da rede de esgotos de Salvador. Com recursos da Sudene, a Embasa iniciou as obras em 1972.

### ATERRO

Para a construção do emissário submarino foi preciso aterrar uma faixa da Praia da Mariquita, incluindo parte da lâmina d'água marítima, num total de 20 mil metros quadrados. Em

88, a Prefeitura do Salvador ocupou parte da frente do aterro do emissário para construir, exatamente onde ficava a faixa de areia da antiga praia, o novo Mercado Municipal do Rio Vermelho.

De acordo com os documentos reunidos pela associação de moradores, a parte posterior do aterro, entre o estacionamento do mercado, a encosta do Morro do Conselho e o mar, foi repassada a Hugo Nunes de Souza Amorim, num ato que a entidade considera irregular.

Souza Amorim teve apoio do juiz Júlio Batista Neves, então pertencente à 10ª Vara Cível e Comercial. Por sua determinação, o Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis procedeu o registro de terras públicas da União em nome de uma pessoa física.

Na argumentação de Souza Amorim consta que teria adquirido o terreno até então pertencente a Edgard e Laurita Galiza. Certidão do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis, assinada pela oficial Aurelina Carvalho de Souza, no entanto, indica a inexistência de qualquer imóvel situado no Rio Vermelho em nome do casal, desde 1946 até 1987.